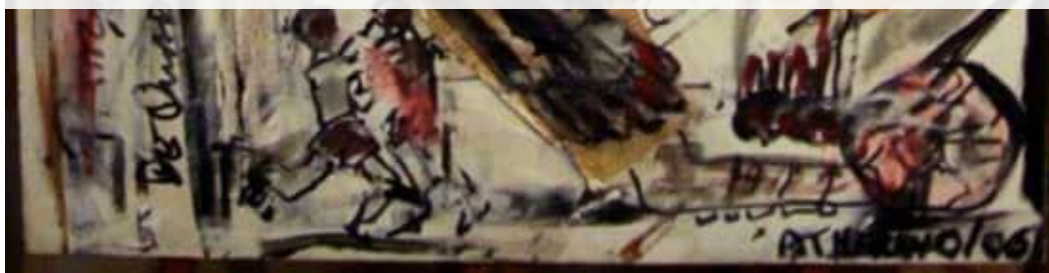




Covid-19, Capitalismo e Crise: bibliografia comentada

Guilherme Leite Gonçalves (Org.)

Laboratório de Estudos Interdisciplinares Crítica e Capitalismo



Copyright© dos respectivos autores e autoras

Editores Responsáveis: Guilherme Leite Gonçalves e Rhaysa Ruas

Organizador: Guilherme Leite Gonçalves

Capa: Márcio Tavares Atherino (“Sem título”. Técnica Mista, 2006)

Diagramação: Bruna Mariz Bataglia Ferreira

Revisão: Bruna Mariz Bataglia Ferreira e Guilherme Leite Gonçalves

Compiladora: Andressa Sanche

Guilherme Leite Gonçalves (org.)

Covid-19, Capitalismo e Crise: bibliografia comentada. Rio de Janeiro: LEICC/Revista Direito e Práxis, 2020, 200p.

Livro eletrônico

Modo de acesso: <https://leiccuernj.com/publicacoes/livros/>

ISBN: 978-65-00-04236-8. (*online*)

1. Capitalismo
2. Covid-19
3. Crise
4. Marxismo
5. Desigualdades
6. Reprodução social



This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Sumário

Nota do Organizador.....	5
<i>Guilherme Leite Gonçalves</i>	
Apresentação	7
<i>Guilherme Leite Gonçalves, Carolina Vestena e Rafael Vieira</i>	
Parte I – Origens da pandemia: expansão capitalista e mercantilização da natureza	9
1. Notas sobre um novo coronavírus.....	10
<i>Rob Wallace</i>	
Comentário: Análise ecológica e social (Ecosocial) da pandemia.....	28
<i>Amélia Coelho Rodrigues Maciel e Maria Carolina Sanglard</i>	
2. Coronavírus: a natureza contra-ataca	35
<i>Michael Roberts</i>	
Fenda metabólica e o Covid-19: um comentário a Michael Roberts	40
<i>Grazielle Vasconcellos Ozorio</i>	
3. Covid-19 e os Circuitos do Capital	49
<i>Rob Wallace, Alex Liebman, Luis Fernando Chaves, e Rodrick Wallace</i>	
Causas estruturais da Covid-19 e capitalismo global: um comentário aos Circuitos do Capital de Rob Wallace et al	73
<i>Beatriz Santos e Rhaysa Ruas</i>	
Parte II – Covid-19 como fagulha da crise mundial: especulação financeira e precarização social.....	87
1. O Coronavírus provocou uma tempestade perfeita de nacionalismo e especulação financeira	88
<i>Yanis Varoufakis</i>	
A crise da Covid-19 e a insuficiência das análises econômicas liberais: um comentário a Yanis Varoufakis	91
<i>Maria Carolina Sanglard</i>	
2. Reprodução Social em crise	96
<i>Kate Bradley</i>	
A crise da vida sob o capitalismo: a reprodução social como chave para a transformação.....	102
<i>Bruna da Penha de Mendonça Coelho, Fatima Gabriela Soares de Azevedo e Rhaysa Ruas</i>	
3. A pandemia de coronavírus e a crise econômica e da saúde.....	113
<i>Stavros D. Mavroudeas</i>	

A socialização da crise e a precarização do trabalho: um comentário a Stavros Mavroudeas	126
<i>Beatriz Santos e Vinicius Lima da Silva</i>	
4. De Nikolai Bukharin para Instituto Mises – e as falsas premissas de Guedes e Bolsonaro sobre a crise.....	134
<i>Guilherme Leite Gonçalves</i>	
Crise, capitalismo contemporâneo e Covid-19: Um comentário (e uma crítica) ao texto de Guilherme Leite Gonçalves.....	142
<i>Rafael Vieira</i>	
Parte III – Covid-19: crise do neoliberalismo? Quais são as alternativas?	151
1. Esta crise expôs os absurdos do neoliberalismo. Isso não significa que ela irá destruí-lo	152
<i>Costas Lapavitsas</i>	
Coronavírus: o neoliberalismo posto à prova em tempos de pandemia? Um comentário a Costas Lapavitsas.....	167
<i>Beatriz Santos, Bruna da Penha de Mendonça Coelho e Natália Sales de Oliveira</i>	
2. A Teoria da Reprodução Social e porque precisamos dela para compreender a crise do Coronavírus.....	177
<i>Tithi Bhattacharya</i>	
A crise da Covid-19 e o desvelamento das dinâmicas de produção da vida no capitalismo: um comentário à Tithi Bhattacharya	180
<i>Rhaysa Ruas</i>	
3. Não acredite no mito de que devemos sacrificar vidas para salvar a economia	191
<i>Jonathan Portes</i>	
Em tempos de pandemia, escolhemos a vida ou economia? Um comentário a Jonathan Portes	194
<i>Amélia Coelho Rodrigues Maciel , Grazielle Vasconcellos Ozorio e Natália Sales de Oliveira</i>	

Nota do Organizador

Guilherme Leite Gonçalves¹

Em outubro de 1966, o sociólogo marxista e liderança estudantil da Alemanha Ocidental, Rudi Dutschke, escreveu para um número especial da “SDS-Korrespondenz” a *Bibliografia escolhida e comentada do socialismo revolucionário, de Marx até o presente*. Em 23 páginas ele analisou escritos marxianos, anarquistas, dos movimentos dos trabalhadores e de diferentes orientações do marxismo moderno. À época, Dutschke se preparava para iniciar seu doutoramento sobre Lukács na Freie Universität Berlin. Precisou, porém, adiá-lo por causa dos conflitos entre o reitor da universidade, então seu supervisor, e o movimento estudantil. Com o tempo, seu objeto adensou-se. Em 1973, já com outro orientador, ele defendeu a tese sobre as diferenças entre os caminhos ocidental e oriental ao socialismo. Reflexões da *Bibliografia* foram mobilizadas e desdobradas analiticamente. O estudo preliminar de Dutschke não foi, no entanto, como pode parecer à primeira vista, restrito a uma revisão bibliográfica. Tratava-se, ao contrário, de balanço crítico da literatura e de conceitos marxistas considerados influentes pelo autor no período indicado. Dutschke se propôs, assim, a construir pela *Bibliografia* um debate a partir do confronto entre textos, teorias e análises diferentes que surgiram em seu campo de estudo, o “socialismo revolucionário”.

A concepção de Dutschke permeia o presente trabalho. Como não poderia ser diverso, a gravidade da crise inflamada pela pandemia global da Covid-19 tem gerado uma profusão de diagnósticos e conjecturas de vertente crítica, em geral, e marxista, em particular. No Laboratório de Estudos Interdisciplinares Crítica e Capitalismo (LEICC), vinculado à UERJ, temos realizado discussões da bibliografia, levantamento de dados e grupos de tradução e estudo, orientados, sobretudo, à investigação sobre as causas sociais da disseminação do vírus e sobre as diferentes tensões desencadeadas nas atuais estruturas de acumulação. Em cada um destes espaços buscamos contrapor textos,

¹ Professor de Sociologia do Direito da UERJ, pesquisador do CNPq e coordenador do LEICC-UERJ. E-mail: guilherme.leite@uerj.br

comparar interpretações baseadas em referenciais conceituais não equivalentes e cotejar conclusões divergentes.

Primeiramente, preocupados em tornar acessível em português o debate internacional, traduzimos e divulgamos em nosso site e redes sociais diversos textos que abordam a crise da Covid-19. Esse exercício foi motor de renovada discussão. A presente publicação é o resultado de uma segunda seleção, agora dos artigos que consideramos mais relevantes. São análises da conjuntura instaurada pela irrupção da pandemia que ora se aproximam ora se distanciam, mas que partem de orientações específicas, a saber, biologia e epidemiologia marxista, teoria da crise, teoria da reprodução social, teoria do valor-trabalho e sociologia econômica. Ficou a cargo dos comentários a esta bibliografia, redigidos pelas pesquisadoras e pesquisadores do LEICC, construir um debate entre as diferentes visões que se movimentam pela crítica da economia política.

A proposta desta coletânea não é oferecer uma contribuição original às abordagens sobre a crise da Covid-19, tampouco uma investigação profunda das diferentes variáveis do fenômeno. Nosso objetivo é tão somente disponibilizar em língua portuguesa artigos representativos das diferentes linhas citadas e, nos comentários, colocá-los em discussão. Com isso, esperamos oferecer à leitora e ao leitor um balanço da bibliografia que explicita a complexidade do debate em curso.

Em um mundo em que a antiga arrogância do pensamento liberal contra as perspectivas críticas (sempre preconceituosamente desqualificadas como simplistas ou ideológicas) se tornou combustível de políticas autoritárias e movimentos de extrema-direita, este tipo de balanço insere-se na arena das lutas políticas. No dia 11 de abril de 1968, ao grito de “porco sujo comunista”, um jovem fascista disparou três vezes contra Rudi Dutschke em frente à sede da União Estudantil Socialista Alemã (SDS). Duas balas atingiram sua cabeça e uma o seu ombro esquerdo. Sobreviveu à custa de uma longa operação. Na véspera do natal de 1979, uma das sequelas da lesão cerebral provocada pelo atentado se manifestou: Dutschke sofreu uma crise epilética e morreu afogado na banheira. Resgatar seu legado, projeto e disposição intelectual é também uma forma de se posicionar. Parafraseando a dedicatória de sua tese: *Dem lieben Rudi. Rot Front!*

Rio de Janeiro, quarentena de 2020

Apresentação

Guilherme Leite Gonçalves¹, Carolina Vestena² e Rafael Vieira³

A presente coletânea de artigos comentados é uma cooperação entre o Laboratório de Estudos Interdisciplinares Crítica e Capitalismo (LEICC) e a Revista Direito e Práxis. Formado em sua maioria por pesquisadoras e pesquisadores vinculados à Faculdade ou ao Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGD-UERJ), o LEICC tem se dedicado a retomar a relação entre sociologia do direito e crítica da economia política. Desde seu surgimento, o Laboratório tem atuado em parceria com a Revista Direito e Práxis, também sediada no PPGD-UERJ. A Revista é uma publicação pioneira no Brasil no campo das pesquisas sociológicas e jurídicas críticas, com um histórico de mais de 10 anos.

Pareceu-nos apropriado buscar entender as causas e implicações da profunda crise deflagrada pelo estado de emergência colocado pela disseminação do novo coronavírus. Neste sentido, o objetivo da presente coletânea é divulgar artigos e contribuições, que, baseados sobretudo no marxismo, pretendem explicar as origens da Covid-19 a partir da expansão capitalista, seu papel nas oscilações do sistema financeiro, seu efeito nas diferentes formas de trabalho e as características das ações estatais adotadas. Esse material, bem como a análise do impacto da atual pandemia no desenvolvimento do capitalismo, são parte de um projeto de pesquisa mais amplo destinado a investigar as relações entre crises e transformações jurídicas.

Neste momento inicial, reunimos e traduzimos análises de conjuntura preocupadas em refletir sobre como chegamos ao estado de coisas atual, e não para onde vamos no mundo pós-pandemia. Dos textos que traduzimos, selecionamos os

¹ Professor de Sociologia do Direito da UERJ, pesquisador do CNPq e coordenador do LEICC-UERJ. E-mail: guilherme.leite@uerj.br

² Pesquisadora e docente na Universidade de Kassel, Alemanha e coordenadora do LEICC-UERJ. E-mail: carolina.vestena@uni-kassel.de

³ Professor adjunto da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro e coordenador do LEICC-UERJ. E-mail: r.vieira@ess.ufrj.br

diagnósticos e proposições que mais estimularam nossos debates. São artigos de intervenção de autores, cuja reputação deriva do reconhecimento de uma trajetória em pesquisas especializadas – no campo da epidemiologia ou da economia política – sobre temas enfatizados com a crise da Covid-19. Um dos pontos de contato entre as análises é o diagnóstico de que o coronavírus não é a causa, mas precipita o aprofundamento de uma crise multidimensional que já estava em curso, em graus variados de manifestação, pelo menos desde 2008. Isso levanta questões sobre os condicionantes estruturais desta(s) crise(s), abordadas no material que ora divulgamos.

A estes textos seguem comentários dos membros do LEICC que se destinam (i) à construção de uma crítica; (ii) ao desenvolvimento de argumento que fora apenas indicado pela autora ou autor; e (iii) à formulação de interpretações próprias a partir de dados ou referências analíticas suscitados. Todos esses comentários buscam refletir sobre os efeitos e as implicações das transformações em curso com a crise da Covid-19. Para isso, se orientam à formulação de perguntas em aberto que podem ser analisadas pelas ferramentas da crítica da economia política.

Os artigos que se seguem oferecem um diagnóstico que nos permite refletir sobre como o coronavírus foi o detonador de um terremoto que impactou as estruturas da acumulação neoliberal. Qual o papel da mercantilização de ecossistemas e da expropriação do meio ambiente na origem e difusão da Covid-19? Como a privatização de hospitais e serviços públicos de saúde minaram ações de combate ao vírus? Quais as implicações de políticas neoliberais que invadem cada vez mais a reprodução social e recrudescem a captura do trabalho de cuidado para a acumulação capitalista frente a uma crise que nos mostra os limites da vida humana? Como as medidas dos Bancos Centrais, que têm injetado enorme quantidade de dinheiro no mercado financeiro desde 2008, criaram bolhas especulativas que a Covid-19 também está infectando? Como o vírus escancarou a debilidade econômica da acumulação neoliberal? Qual a dimensão, grandeza e os limites desta crise?

Tem-se comparado com frequência a crise atual com a de 1929. O famoso “crack” da bolsa de Nova Iorque foi acompanhado de profundas transformações no capitalismo global. O mundo pós-pandemia será outro? O tempo dirá. Por agora, é fundamental tentarmos entender o que está acontecendo. Esperamos que as questões colocadas pelo lançamento desta coletânea de artigos e comentários possa contribuir para a construção de novas perguntas e investigações.

comunidade e conselhos paritários ou seções locais do Partido Trabalhista britânico tentando coordenar o voluntariado.

Não há nada inerentemente anticapitalista na ajuda mútua, uma vez que é esperado que unidades familiares façam isso umas pelas outras desde o início do capitalismo. E esse trabalho livre ironicamente permitiu que o capitalismo crescesse e se desenvolvesse. Como resultado, alguns dos projetos de ajuda mútua serão mais populares e políticos do que outros, e alguns podem ser vistos somente como movimentos de superação, sem inflexão política. Ainda assim, muitas pessoas estão de repente falando sobre os idosos que vivem sozinhos e podem estar sofrendo, mesmo que essas pessoas sempre tenham estado ali e frequentemente precisassem de ajuda, desde antes do coronavírus. As pessoas estão ligando para seus entes queridos, conversando com amigos.

Felizmente, esse período vai mostrar às pessoas a possibilidade de construir coletivamente para além da atomização e da alienação quotidiana do capitalismo – de nos reproduzirmos para alguma coisa diferente da nossa mera rotina.

Referência bibliográfica

ACORN. **About**. Disponível em: <https://acorntheunion.org.uk/about/> . Acesso em: 2 de abr. de 2020.

3. A pandemia de coronavírus e a crise econômica e da saúde¹

Stavros D. Mavroudeas²

Texto publicado em 25/03/2020

Uma dupla crise: saúde e economia

Hoje a humanidade está em meio a uma pandemia de coronavírus, que tem resultado em uma enorme crise na saúde. Ao mesmo tempo, a economia global está entrando em um caminho recessivo, caracterizado agora como uma crise econômica que tem atingido todos os cantos do mundo. Deste modo, justifica-se falar em dupla crise, da saúde e da economia. Obviamente, a primeira tem prioridade imediata, na medida em que envolve perda de vidas humanas. Mas, além de seu impacto direto sobre tais vidas, também tem grandes implicações econômicas. Estas últimas têm importantes consequências para o bem-estar social, o que, por sua vez, tem efeitos indiretos na saúde - embora não diretamente fatais.

Um primeiro grupo de questões fundamental para entender este processo refere-se a como as crises econômica e da saúde estão ligadas. Essas são, obviamente, entrelaçadas; mas são idênticas ou não? E, mais especificamente, a crise da saúde é a causa ou apenas a desculpa da crise econômica?

Um segundo problema crucial diz respeito a quem paga o custo desta dupla crise. Também é óbvio que, porque as sociedades contemporâneas são constituídas de classes sociais com interesses conflitantes, os custos econômicos da saúde e as escolhas econômicas são campos de luta entre as classes. Se deixarmos de lado a hipocrisia das análises não-sociais da economia ortodoxa, é de se esperar que a classe dominante capitalista busque repassar o fardo desta dupla crise, ao menos sua maior parte, para as

¹ Texto original: MAVROUDEAS, Stavros. The coronavirus pandemic and the health and economic crisis. **Stavros Mavroudeas Blog**, Março de 2020. Disponível em: <https://stavrosmavroudeas.wordpress.com/2020/03/25/4383/>. Acesso em: 4 de abr de 2020. Tradução: Vinicius Lima da Silva. Revisão: Beatriz Santos.

² Stavros Mavroudeas é professor de economia política no Departamento de Política Social da Universidade Panteion, Grécia.

costas da vasta maioria trabalhadora. Apenas deste modo sua lucratividade – a razão essencial para o funcionamento do sistema capitalista – não será minada.

A terceira questão importante discute o tipo de orientação da esquerda e do movimento trabalhista: qual deveria ser sua posição em relação a esta dupla crise e suas consequências?

A pandemia não é a causa, mas o gatilho da crise econômica

O mercado global de ações está em colapso e a economia real em retorno à recessão, apesar dos esforços frenéticos da maioria dos governos em apoiá-los. Os primeiros sinais já indicam declínio na produção e desemprego cada vez maior.

A ortodoxia econômica (isto é, o Novo Consenso Macroeconômico³) argumenta que este retorno à recessão e possivelmente à crise (EL ERIAN, 2020) é causado por um evento exógeno, qual seja, a pandemia do coronavírus. A título de ilustração, as principais organizações econômicas internacionais projetaram para 2020 crescimento estável, se não crescente (por exemplo, segundo a previsão do FMI em janeiro, a economia mundial cresceria de 2,9% em 2019 para 3,3% em 2020). Com o surto da pandemia, estas projeções estão sendo revistas para baixo, de sorte que agora são esperadas, inclusive, taxas de crescimento negativo. Como mencionado anteriormente, para os economistas ortodoxos, a iminente recessão (ou até crise) não decorre de problemas orgânicos das economias capitalistas, mas de fator exógeno. Isto não surpreende: a atribuição a variáveis externas é o modo básico da economia ortodoxa interpretar as crises econômicas.

³ O Novo Consenso Macroeconômico sucedeu gradualmente o Neoliberalismo, depois deste falhar em abordar os problemas prolongados da acumulação capitalista. Sua dominância tornou-se mais forte depois da crise global de 2008, que, em grande medida, selou a falha neoliberal. O Novo Consenso combina Neokeynesiano (que reconhece a possibilidade de desequilíbrios de curto prazo devido à rigidez em alguns mercados) com elementos do Neoliberalismo (expectativas racionais, equilíbrio de mercado a longo prazo). Em contraste a este último, ele acredita que desequilíbrios de curto prazo requerem intervenção econômica estatal. Argumenta que há necessidade de uma função econômica mais estratégica para o Estado, oposta tanto ao tradicional intervencionismo estatal keynesiano, quanto ao dogma neoliberal da completa retirada do Estado da economia. Neste sentido, o Novo Consenso considera que a política monetária é a principal ferramenta econômica no curto prazo, enquanto a política fiscal tem um papel de apoio, que, todavia, precisa ser constantemente reatualizada após a crise de 2008 e com a iminente recessão atual. Por fim, ele reconhece a necessidade de uma política industrial discreta e vertical.

Análises mais cuidadosas, tais como aquelas da economia política marxista, indicam, porém, que a atual pandemia é, basicamente, a fagulha que faltava para provocar a explosão de problemas preexistentes da acumulação capitalista. Em resumo, a crise de 2008 foi causada pelo declínio na lucratividade capitalista e a consequente sobreacumulação de capital, isto é, o excesso de capital que não poderia ser investido de forma suficientemente lucrativa (CARCHEDI; ROBERTS, 2018). Tal crise foi precedida por um período de euforia econômica, que contou fortemente com desenvolvimento de capital fictício.⁴ O sistema capitalista tentou superá-la abandonando o dogma neoliberal, segundo o qual o mercado é autoequilibrado e recorrendo ao intervencionismo estatal. Este último foi expresso através tanto de política monetária frouxa (diminuição das taxas de juros e aumento da oferta de dinheiro) quanto de política fiscal expansionista (aumento do gasto e do investimento público). Quando a crise acabou, a austeridade fiscal retornou à medida que os déficits orçamentários (a fim de apoiar a lucratividade capitalista) aumentaram. A política monetária frouxa continua até hoje, mas exauriu seu potencial. Depois de zerar as taxas de juros na prática, as políticas monetárias não-ortodoxas (quantitative easing⁵, etc) foram adotadas e, quando esgotadas, as taxas negativas de juros foram impostas. O resultado foi uma situação completamente paradoxal, em que a dívida (pública e privada) crescia ao mesmo tempo em que os mercados de ações estavam em constante ascensão (com aumento das expectativas de melhor retorno econômico futuro ou, em termos marxistas, de extração cada vez maior de mais-valia e, portanto, lucros). A economia real mostrou-se, contudo, incapaz de satisfazer tal aposta. No geral, o setor industrial – que é o coração das atividades produtivas – já estava em longa recessão antes da pandemia eclodir.

A pandemia foi a causa da emergência explosiva de todos estes problemas preexistentes. As razões são óbvias. A massiva e descontrolada perda de vidas humanas tem impacto negativo sobre a produção e o consumo. Além disso, medidas para enfrentar a pandemia possuem sérias implicações econômicas. O chamado

⁴ Capital fictício é, essencialmente, uma aposta sobre lucros futuros que estão sendo deduzidos hoje (para uma análise mais detalhada ver Mavroudeas & Papadatos 2018). Estas apostas são sujeitas à troca intracapitalistas e, em conjunto com dinheiro de crédito, podem engendrar períodos de exorbitantes expectativas econômicas e crescente acumulação. Se estas apostas obtêm êxito, a acumulação de capital continua normalmente. Mas, se a economia real não as atende, emergem, então, as crises econômicas.

⁵ “O quantitative easing, ou QE, é uma medida onde um Banco Central compra títulos do governo ou outros títulos do mercado para reduzir as taxas de juros e expandir a oferta de moeda na economia”. Disponível em: <https://www.sunoresearch.com.br/artigos/quantitative-easing/> Acesso em: 2 de abr. de 2020 [N.T.].

“distanciamento social”, as proibições de tráfego e a consequente paralisação ou operação significativamente abaixo da capacidade de muitas economias têm óbvias consequências negativas.

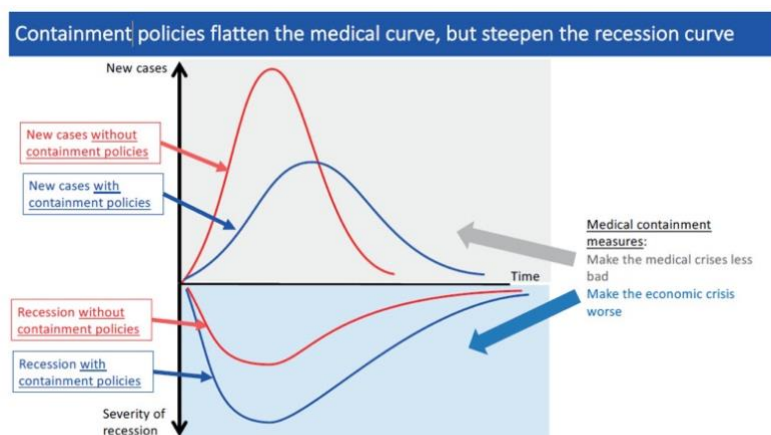
A economia política da coroação: suavizando qual curva?

Para o sistema capitalista há uma relação contraditória entre as medidas necessárias para lidar com a crise na saúde e seu impacto econômico, especialmente em tempos de instabilidade. Isso foi explicitamente reconhecido por muitos analistas ortodoxos. Tanto *The Economist* (2020) quanto *El Erian* (2020) indicam, por exemplo, que medidas para enfrentar a pandemia têm um alto custo econômico que, por sua vez, agrava a recessão. A interpretação é óbvia. Na eventualidade de uma epidemia, é necessário limitar ou mesmo parar completamente muitas atividades econômicas, o que resulta em redução da produção.

Há uma típica disputa entre economistas ortodoxos quanto a se a prolongada interrupção de muitas atividades econômicas tem impacto sobre a economia através da oferta ou da demanda. A economia política marxista supera este dilema enganoso, que se assemelha àquele do ovo de Colombo. A interrupção prolongada da economia conduz à redução na lucratividade das empresas capitalistas, na medida em que menos mercadorias são produzidas. Este declínio é ainda mais exacerbado, porque o consumo decresce à medida que a renda disponível encolhe e, conseqüentemente, mesmo a produção em declínio não encontra compradores suficientes. Ademais, esses problemas da economia real têm múltiplos efeitos negativos sobre o sistema financeiro e as finanças públicas.

Gourinchas (2020) delinea esta relação contrastante de modo muito acurado: “a normalização da curva de contaminação inevitavelmente leva à deterioração da curva de recessão macroeconômica”.

Baldwin e Weder di Mauro (2020) combinaram as duas curvas de Gourinchas em um único diagrama, que segue:



Source: Author's elaboration, inspired by illustrations in the chapter by Gourinchas.

O eixo horizontal mede o tempo desde a ocorrência do primeiro caso de infecção de coronavírus. O eixo vertical mensura o número de infecções em seu segmento positivo e a severidade da recessão econômica em seu segmento negativo. A parte superior do diagrama mostra que, se políticas de contenção não são aplicadas, as incidências serão maiores, mas também o recuo da epidemia será mais rápido. Por contraste, políticas de contenção conduzem a muito menos casos de infecção, embora, ao mesmo tempo, prolonguem a duração da epidemia. No cerne deste estudo está a noção de “imunidade de rebanho”.⁶ É claro, tanto Gourinchas quanto Baldwin e Weder di Mauro argumentam que a escolha de implementar as políticas de contenção é obrigatória, uma vez que de outro modo o custo de vidas humanas seria exorbitante. A parte debaixo do diagrama é elaborado com base na premissa de que as políticas de contenção intensificam a recessão econômica, enquanto a ausência daquelas as tornam mais brandas.

Há uma série de problemas com a análise acima, que são característicos da concepção unilateral e profundamente conservadora da economia ortodoxa.

Primeiro, não há certeza de que a retração econômica seria mais branda sem as políticas de contenção. Infecções em massa – e, além disso, mortes – têm um sério impacto sobre a força de trabalho disponível e sua habilidade em realizar trabalhos

⁶ A hipótese da “imunidade de rebanho” sustenta que a disseminação mais rápida de uma epidemia conduz à produção mais rápida de anticorpos pela população humana. Teria um grande custo humano inicial, mas traria um fim mais rápido da epidemia.

produtivos. Manter os negócios abertos em meio a uma pandemia, com o aparente crescimento de doentes e moribundos, não irá deixar o resto da força de trabalho indiferente. Pelo contrário, é mais provável, por um lado, levar ao absenteísmo e, por outro, a ações sindicais intensas. No pior cenário possível, pode haver um agravamento da epidemia e, ao mesmo tempo, uma paralisação da economia.

Segundo, esta análise ignora as dimensões política e econômica do problema e, em particular, o fato de que diferentes sistemas socioeconômicos têm diversas formas de lidar com tais epidemias. Isso tem um impacto direto sobre a óbvia incapacidade do setor privado de saúde (quando comparado ao setor público) de lidar com a crise.

Uma economia capitalista não consegue suportar um grande período de paralisação, quando comparada à economia socialista ou mesmo ao capitalismo de Estado. Como afirmado por Trump, a economia dos EUA “não é construída para ser desligada”. A razão fundamental é que as empresas capitalistas operam para o lucro; do contrário, não teriam razão de existir. Conseqüentemente, elas não podem funcionar nos patamares do custo de produção e, menos ainda, com perdas. Se ninguém as subsidiarem para permanecer em operação, elas vão fechar. Diferentemente, uma economia socialista pode sobreviver sem alcançar excedentes (lucros), cobrindo meramente os custos de produção. Pelas mesmas razões, pode sobreviver mais tempo mesmo com perdas econômicas. Ademais, o Estado socialista pode suportar ônus muito maiores que o seu equivalente capitalista, posto que aquele tem um tamanho e poder econômico muito mais alargado. O caso do capitalismo de Estado é intermediário. Esse suporta parte do fardo das empresas capitalistas e, portanto, subsidia a sobrevivência delas sob condições de constrição econômica. No caso socialista, a distância entre as duas curvas (recessão com ou sem políticas de contenção) é mais curta. O capitalismo de Estado está entre as duas hipóteses acima.

Do argumento acima infere-se que sistemas socioeconômicos baseados em saúde pública são mais capazes de lidar com o problema da epidemia. Por analogia, as economias capitalistas que têm um amplo e eficiente sistema público de saúde sobressaem-se àquelas que possuem um sistema de saúde pública frágil e dependem, principalmente, do setor de saúde privada (como, por exemplo, os EUA).

Custos econômicos e política de saúde: supressão ou mitigação da pandemia?

As análises ortodoxas mencionadas acima estabelecem uma estrutura geral no interior da qual as políticas de saúde para lidar com o coronavírus são discutidas. O contexto dessa discussão torna-se muito claro a partir do recente estudo da equipe epidemiológica do *Imperial College* (2020). Este estudo identifica duas políticas de saúde alternativas.

A primeira, denominada de *supressão*, visa deter os rastros da pandemia com medidas drásticas. Suas ferramentas principais são a interrupção extensiva das atividades econômicas, sociais e políticas (por exemplo, o fechamento de negócios e serviços que não são estritamente necessários, proibição de circulação).

A segunda política, chamada de *mitigação*, tem por objetivo tornar a pandemia mais branda. A ferramenta básica desta política é orientada ao bloqueio de atividades específicas, ao invés de proibições generalizadas. Em grande medida, essa segunda política é combinada com a hipótese da “imunidade de rebanho”.

Apesar de seu apoio à primeira política, o estudo do *Imperial College* salienta que, embora possa ser inicialmente suprimida, se não for encontrada nenhuma medicação e/ou vacina, a epidemia pode retornar quando as políticas de contenção forem aliviadas. Isso significa que os países deveriam reaplicar as medidas de contenção. Assim, cria-se um ciclo vicioso de imposição e remoção de tais medidas. Até agora, diferentes países adotaram distintas políticas de saúde. A China, que primeiro respondeu à epidemia, rapidamente implementou uma política de supressão draconiana. Em um primeiro momento, muitos países ocidentais subestimaram o problema – apesar do precedente da China – e aplicaram políticas de mitigação. Contudo, a tragédia da Itália logo obrigou a maioria dos países europeus a mudarem de rumo e a adotarem a política de supressão. Apenas os países anglo-saxões (EUA e Reino Unido) continuaram por um período maior o caminho das políticas de mitigação. Entretanto, o Reino Unido, recentemente, também foi obrigado a mudar de direção. Por sua vez, os EUA parecem estar arrastando seus pés para o mesmo caminho.

Mas as dúvidas sempre permanecem. Como de costume, o *Economist* (2020) argumenta que “a política de mitigação custa muitas vidas humanas, enquanto a política de supressão pode ser economicamente insustentável”. A partir disso se constrói uma linha: agora pode ser politicamente impossível para os governos seguirem as políticas de

mitigação e remover restrições sobre a atividades econômica, mas, se a economia correr o risco de colapso, então não haverá outra escolha senão abandonar a supressão e adotar políticas de mitigação. Baseado neste argumento, defende-se que, a menos que uma cura para a epidemia de coronavírus seja encontrada em breve, haverá necessariamente uma mudança em direção à mitigação.

Há uma questão menor, mas não insignificante, em relação às discussões acima mencionadas. Trata-se da capacidade do sistema de saúde gerir a epidemia com uma política de supressão ou de mitigação. Gourinchas (2020) a descreve com precisão no diagrama abaixo:

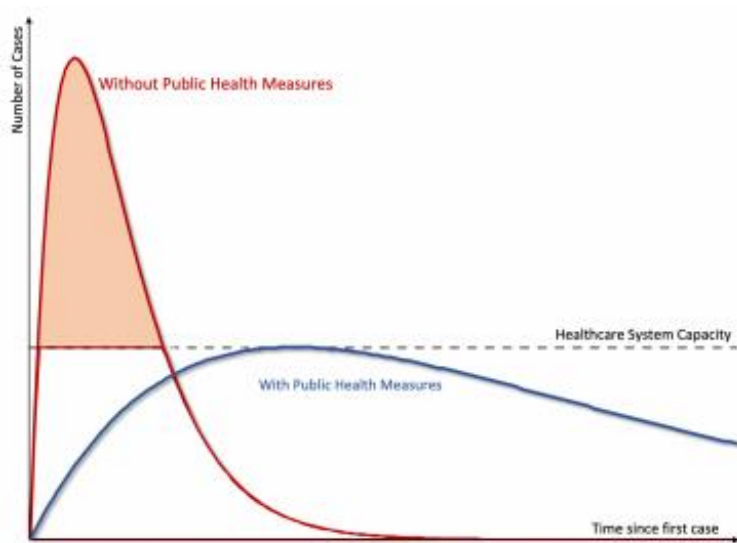


Figure 1: Flattening the Pandemic Curve

As condições de se implementar uma ou outra das duas políticas de saúde supracitadas dependem da “capacidade” do sistema de saúde (isto é, do número de UTI’s e de pessoal de enfermagem). Além disso, outro parâmetro importante é o grau de proteção do pessoal médico (por exemplo, a proporção infectada durante a epidemia que fica, na prática, fora de combate). Diante do exposto, é óbvio (mas também provado na atual pandemia) que os países com sistemas de saúde públicos mais fortes e amplos são mais preparados do que aqueles com sistemas de saúde privatizados e fracos. Curiosamente, esta dimensão pública-privada é quase completamente ausente nos debates econômicos ortodoxos atuais.

Política econômica e de saúde: o fim do Neoliberalismo e a continuidade do Neoconservadorismo por outros meios

A atual coordenação da crise econômica e da saúde conduz a algumas conclusões cruciais.

Em primeiro lugar, é claro que o Neoliberalismo falhou miseravelmente. Na política econômica, a noção de que o mercado é autoequilibrado e o Estado deveria retirar-se da economia tem conseguido aumentar o grau de exploração do trabalho (em termos marxistas, a taxa de mais-valia), mas fracassado em lidar com a sobreacumulação de capital. A taxa de lucro não foi retomada suficientemente. Além disso, sua visão dogmática de que as crises econômicas são exógenas torna o Neoliberalismo particularmente incapaz de formular políticas econômicas para superar as crises. Por analogia, a respeito do setor de saúde, sua tentativa de privatizar os sistemas públicos (seja direta ou indiretamente, fragmentando-os e criando competição entre seus segmentos, bem como pelo reforço de parcerias público-privadas) tem os deteriorado perigosamente.

A evidente falha do Neoliberalismo na esteira da grande recessão global de 2008 marcou sua substituição pelo Novo Consenso Macroeconômico social-liberal. A crise atual torna esta sucessão ainda mais evidente. Desde os primeiros sinais de sua chegada, os governos não só adotaram uma política monetária frouxa, como também mudaram para políticas fiscais expansionistas. No caso da União Europeia, a epidemia do coronavírus levou a uma desvinculação dos gastos públicos e déficits das limitações do Pacto de Estabilidade e Crescimento. Ainda mais impressionante foi o relaxamento das restrições sobre os países da zona do euro que estão em programas de ajuste econômico (tal como a Grécia).

De fato, como o uso prolongado da política monetária levou à sua exaustão, o centro de gravidade da política econômica, à medida que são anunciados extensivos pacotes de apoio fiscal, desloca-se para a política fiscal. Além disso, uma coisa impensável no tempo neoliberal está acontecendo: vozes oficiais contemplan a nacionalização de setores estratégicos da economia.⁷

⁷ O caso da nacionalização da Alitalia é exemplar.

Ademais, embora discreta, a política industrial⁸ está retornando explicitamente e de um modo muito ativo. Ilustrativamente, no contexto da crise epidêmica, amplas somas de dinheiro são dirigidas para o setor de saúde. A correspondente política industrial vertical não é apenas elogiada, mas implementada. Deve-se notar que, enquanto o Neoliberalismo detesta política industrial em geral, seu sucessor (o Novo Consenso Macroeconômico), ao menos inicialmente, preferiu uma política industrial horizontal. Agora seu pêndulo move-se em direção às políticas industriais verticais.

Em segundo lugar, também há crescentes sinais do fracasso iminente do Novo Consenso Macroeconômico. As políticas promovidas – com o retorno de um intervencionismo estatal comedido e o uso sistemático de medidas anticíclicas – podem ter evitado a catástrofe na véspera da crise global de 2008, mas falharam em solucionar as profundas contradições e problemas da economia capitalista. Estes problemas já são evidentes na inabilidade de suas políticas econômicas em impedir o colapso econômico que está sendo desencadeado pela epidemia de coronavírus. Além disso, no campo das políticas de saúde, o Novo Consenso Macroeconômico praticamente continuou a política de austeridade e de privatização direta ou indireta.

Em terceiro lugar, lidar com crises de saúde e econômica é extremamente custoso. No capitalismo, a definição de quem vai suportar estes custos é um campo de intensa luta de classes. Para a classe dominante capitalista, esta combinação de duas crises é tanto um perigo quanto uma oportunidade. Um perigo, porque qualquer combinação deste tipo ameaça as funções fundamentais da economia. Uma oportunidade, porque o sistema está experimentando novas relações de trabalho e salariais. O teletrabalho é um vício recém-descoberto. O capital tenta descobrir quantas categorias de trabalho podem efetivamente ser relegadas a esta modalidade e quais novas ferramentas de controle são necessárias a fim de sustentar (ou mesmo aumentar) a produtividade. A redução dos custos salariais (através de empregos flexíveis,

⁸ O termo Política Industrial descreve grande variedade de objetivos e ações governamentais para promover o funcionamento e a sustentabilidade de setores específicos da economia. Sua própria natureza é intervencionista. O Neoliberalismo argumenta que tal política é ineficaz e que, na verdade, não deveria existir, uma vez que 'distorce o livre funcionamento do mercador'. Existem duas grandes categorias de Política Industrial: (a) horizontal (regulamentos e políticas gerais para toda a economia sem afetar o equilíbrio entre sectores individuais da economia) e (b) vertical (foco em setores específicos e aplicação de regulações e políticas discriminatórias, isto é, diferenciadas, que alteram o equilíbrio entre sectores econômicos individuais).

subcontratação, diminuição direta de salários, salário por resultado etc.) e a maior desregulamentação da legislação trabalhista já é um campo para tais testes.

No curto prazo, o sistema coloca o fardo econômico de lidar com a crise na estrutura e ação do Estado capitalista. Este é “socializado”, no sentido de que outras classes sociais, para além dos capitalistas, o compartilham (usualmente de modo desproporcional) através da tributação. Por esta razão, o Estado subsidia os negócios privados que operam sobre capacidade severamente limitada. Além disso, ele cobre a maioria dos custos salariais desses negócios através de vários subsídios trabalhistas. Ao mesmo tempo, o direito do trabalho, em particular no que diz respeito às demissões, é praticamente reduzido a pedacinhos.⁹

No médio prazo, a preocupação do sistema é enfrentar o crescimento do déficit fiscal e da dívida criada no esforço de superar a combinação das duas crises. No longo prazo, o centro de gravidade desloca-se, por sua vez, em direção a mudanças estruturais drásticas, que o sistema busca estabelecer a fim de cobrir suas perdas e restaurar a lucratividade e acumulação capitalista.

É evidente que, para o trabalho, que corresponde à maioria trabalhadora de nossas sociedades, este “novo novo normal” que o capital está tentando impor representa um futuro ainda mais distópico do que a epidemia do coronavírus em si.

A esquerda e o movimento trabalhista diante da dupla crise

Para os comunistas, a esquerda e o movimento trabalhista, a situação de hoje coloca sérios desafios.

Primeiramente, sua resposta à crise da saúde deve ser uma defesa das medidas mais drásticas, independentemente de seus custos. Quando confrontado com a crise econômica, o capital tem se pronunciado através de agentes proeminentes e afirmado que os governos burgueses devem fazer “o que for preciso”, isto é, implementar qualquer medida econômica que seja necessária. Porém, ao enfrentar a crise na saúde, o capital hesita ao comparar o prejuízo humano com o econômico. A

⁹ É digno de nota que no caso da economia grega já exista uma diminuição do emprego em cerca de 40.000 postos de trabalho. Além disso, há fortes evidências de uma conversão massiva de contratos de trabalho de tempo integral para contratos a tempo parcial.

esquerda e o movimento trabalhista devem demandar que todas as medidas de contenção requeridas sejam tomadas quaisquer que sejam os ônus financeiros. Simultaneamente, as atividades econômicas essenciais devem estar em conformidade com as mais rigorosas medidas sanitárias.

Em segundo lugar, o custo econômico da dupla crise não deve ser suportado pela classe trabalhadora, mas pelo capital. O sistema socioeconômico no qual vivemos pertence a este último. Muitas das doenças e epidemias modernas têm causas sociais provenientes da busca do capitalismo pelo lucro. E mais: a classe dominante acumulou, durante as décadas recentes, enormes estoques de riqueza que, por causa da sobreacumulação, são convertidos em “apostas” no sistema financeiro. Por outro lado, a participação do salário no produto agregado decresceu de forma constante e substancial. Se a crise é causada pela classe dominante, deve ser paga por ela.

Terceiro, a esquerda e o movimento trabalhista devem ver claramente quem é o adversário real. O antineoliberalismo choroso e habitual, bem como as súplicas por mais intervencionismo estatal, não desafiam as políticas capitalistas. Simplesmente apoiam a mudança dos administradores do sistema. O Neoliberalismo morreu e o Estado (burguês) – que nunca abandonou as questões cruciais – já retornou. A ortodoxia social-liberal promete à classe trabalhadora tão somente algumas aspirinas como cura para os cânceres socioeconômicos que o sistema cria. O retorno do intervencionismo estatal apoia generosamente o capital, enquanto busca transferir o fardo aos trabalhadores. E o veículo desta transferência são justamente as políticas e percepções neokeynesianas. Em sentido oposto, a esquerda e o movimento trabalhista devem lutar por mudanças estruturais profundas. Por princípio, os custos da dupla crise precisam ser arcados pelo capital. Além disso, áreas-chave da atividade econômica devem ser desmercantilizadas e seus produtos e serviços providos por sistemas públicos. A questão da saúde é um exemplo fundamental. A criação de sistemas públicos de saúde (com forte financiamento e pessoal, sem formas indiretas de privatização) é uma necessidade urgente, sobretudo por causa da frequência das grandes epidemias contemporâneas. O financiamento destes sistemas deve ser baseado em forte tributação progressiva.

Quarto, a esquerda e o movimento trabalhista devem permanecer firmes contra a “nova nova normalidade” que o capital está tentando impor. O enfraquecimento das leis de proteção do trabalho não pode ser tolerado; ao contrário, elas precisam ser reforçadas. É necessário atentar-se particularmente para a pretendida

mudança nas relações de emprego através de teletrabalho e para as novas formas de controle e intensificação do trabalho que o capital busca impor (MANACOURT, 2020).

Por fim, mas não menos importante, a epidemia de coronavírus e o “distanciamento social” têm restringido severamente os direitos políticos e sociais. Já é evidente que o sistema está experimentando tais limitações, tanto para aplicação geral quanto para novas formas de manipulação ideológica do povo. A esquerda e o movimento trabalhista devem rechaçar firmemente estes propósitos.

Referências bibliográficas

BALDWIN, R; di MAURO, Weder B. Introduction to Baldwin R. & Weder di Mauro B. (eds.), **Mitigating the COVID Economic Crisis**, London: CEPR Press, 2020.

CARCHEDI, G; ROBERTS, M. **World in Crisis**, Chicago: Haymarket Books, 2018.

Economist. **‘Closed by covid-19: Paying to stop the pandemic’**. The Economist, 19 de mar. de 2020. Disponível em: <https://www.economist.com/leaders/2020/03/19/paying-to-stop-the-pandemic>. Acesso em: 18 de maio de 2020.

EL ERIAN, M. **‘The Coming Coronavirus Recession and the Uncharted Territory Beyond’**. Foreign Affairs, 17 de mar. de 2020. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/2020-03-17/coming-coronavirus-recession> . Acesso em 18 de maio de 2020.

GOURINCHAS, PO. **‘Flattening the Pandemic and Recession Curves’** in Baldwin R. & Weder di Mauro B. (eds.), **Mitigating the COVID Economic Crisis**, London: CEPR Press, 2020.

Imperial College. **COVID-19 Response Team**. Março de 2020. Disponível em: <https://www.imperial.ac.uk/news/196234/covid19-imperial-researchers-model-likely-impact/> . Acesso em: 18 de maio de 2020.

MANACOURT, V. **‘Working from home? Your boss is watching’**. Politico, 2020. Disponível em: <https://www.politico.eu/article/working-from-home-your-boss-is-watching/> . Acesso em: 18 de maio de 2020.

MAVROUDEAS S; PAPADATOS, F. **‘Is Financialization a Hypothesis Theoretical Blind Alley?’**, World Review of Political Economy vol.9 no.4, 2018. Disponível em: <https://stavrosmavroudeas.wordpress.com/2020/03/11/is-the-financialization-hypothesis-a-theoretical-blind-alley-s-mavroudeas-d-papadatos-world-review-of-political-economy/> . Acesso em: 18 de maio de 2020.

A socialização da crise e a precarização do trabalho: um comentário a Stavros Mavroudeas

Beatriz Santos¹ e Vinicius Lima da Silva²

I

Qual a relação entre crise econômica e coronavírus? Para onde vai a economia capitalista no mundo pós-pandemia? Diante de um horizonte de incertezas, Stavros Mavroudeas oferece interessantes notas para um diagnóstico. Sua hipótese é que a pandemia do coronavírus e a presente bancarrota da economia mundial se conectam em uma *dupla crise*: econômica e da saúde. Para desenvolvê-la, propõe a articulação de três questões: (I) o modo de conexão das crises econômica e da saúde; (II) quem paga os custos da dupla crise e, por último, (III) a posição da esquerda frente a tal crise e suas consequências.

Quanto à primeira questão, Mavroudeas confronta o argumento da atual ortodoxia econômica, denominada de *Novo Consenso Macroeconômico*, segundo o qual o coronavírus constitui fator exógeno *causador* da recessão econômica de hoje. Em contrapartida, ancorado na economia política marxista, o autor define a pandemia como uma espécie de gatilho, que apenas acionou contradições já presentes na dinâmica da acumulação capitalista. Isto porque as políticas adotadas contra a propagação do coronavírus, especialmente o “distanciamento social” e a restrição da circulação, forçam a desaceleração, ou mesmo, a paralisação da atividade econômica.

Ao provocar o adoecimento em massa e a perda de milhares de vidas humanas, reduzindo, assim, a força de trabalho, a pandemia tem um impacto negativo na produção e no consumo, o que cai como uma bomba em um terreno econômico já minado. Deste modo, o coronavírus aguçou explosivamente as contradições expostas na crise de 2008, causada, por sua vez, pela sobreacumulação de capital decorrente da

¹ Doutoranda em Teoria e Filosofia do Direito (PPGD-UERJ). E-mail: beatriz.santos@felipesantacruz.adv.br

² Doutorando em Teoria e Filosofia do Direito (PPGD-UERJ). Bolsista CAPES. E-mail: viinicius.lima92@gmail.com

queda na taxa de lucro. Para Mavroudeas, tal crise não fora solucionada, mas apenas controlada pelo abandono do dogma neoliberal em nome de um maior intervencionismo estatal no pós 2008, expresso através tanto de uma política monetária frouxa quanto de uma política fiscal expansionista (ou seja, aumento do gasto e investimento público). Em suma, o coronavírus teria provocado a emergência dos problemas *endógenos* da acumulação capitalista, amontoados e não superados desde a última grande crise capitalista.

Quanto ao conflito da distribuição do ônus da dupla crise, Mavroudeas chama a atenção para o movimento contraditório das curvas da recessão econômica e da incidência do coronavírus. Baseado nas duas propostas de enfrentamento do coronavírus, identificadas pelo Imperial College - *mitigação* e *supressão* - o autor mostra que quanto mais agressivas as medidas contra os vírus, maiores os impactos econômicos.

A *mitigação* importa em uma abordagem mais branda, orientada ao bloqueio de atividades e da circulação de grupos específicos, especialmente os idosos. Por sua vez, a *supressão* compreende medidas mais drásticas, cujo objetivo é eliminar a pandemia a partir de uma extensiva interrupção das mais diversas atividades econômicas, políticas e sociais. Tais propostas possuem efeitos distintos. A primeira tende a provocar um aumento das perdas de vidas humanas, embora seja economicamente mais sustentável, enquanto a segunda, ao contrário, propicia maior preservação de vidas ao custo de uma maior paralisação das atividades econômicas. Todavia, ao supor que a manutenção das atividades econômicas amenizaria a recessão econômica, acaba-se por desconsiderar que a infecção em massa da população - com milhares de mortes - teria grave impacto na força de trabalho. Milhares de trabalhadores seriam afastados de seus postos, o que representaria prejuízos para todos os setores, e ainda maiores para o setor de saúde, retroalimentando a crise.

Além disso, Mavroudeas chama a atenção para o fato de que a correlação entre economia e saúde depende das estruturas sociais nas quais nos inserimos, ao ilustrar importantes contrastes entre as diferentes capacidades da economia capitalista, do capitalismo de Estado e do socialismo em lidar com a restrição da atividade econômica. Cada sistema possui distintos graus de planejamento estatal, capacidade de o Estado arcar com os custos da produção e mesmo de estrutura pública de saúde e de aplicação das políticas públicas de contenção.

Em resumo, como a economia capitalista move-se, em seu fulcro, pelo lucro ou, diríamos, pela valorização do valor, sua própria lógica interna a torna menos disponível à implementação, por exemplo, da política de *supressão* acima mencionada. Não por acaso, a escolha pela adoção de políticas mais ou menos drásticas de enfrentamento à pandemia encerra um conflito, na medida em que, ao menos imediatamente, importam no maior ou menor ônus dos capitalistas em seus negócios.

Por esta razão, a contradição entre lucro e saúde (isto é, o combate ao coronavírus) encerra um conflito, em última medida, entre os amplos setores da sociedade que não se reproduzem a partir do lucro e aqueles cuja inserção social é mediada pela obtenção (sempre crescente) de lucro; entre a classe trabalhadora e os capitalistas. No interior deste conflito, o autor destaca que uma política de curto prazo sistêmica está na transferência do peso econômico da dupla crise para o Estado, que, em uma espécie de “socialização do privado”, passa a subsidiar e a cobrir os custos salariais dos negócios privados capitalistas.

Esta socialização do privado conecta-se à questão da posição da esquerda diante da dupla crise. Neste sentido, Mavroudeas adverte que o real adversário não é o neoliberalismo. Em posição oposta ao dos keynesianos de plantão, critica a ilusão do intervencionismo estatal, que, para ele, seria nada mais do que a já citada socialização do privado, isto é, apoio ao capital às custas do trabalho.

Por conseguinte, quanto à posição da esquerda, o autor propõe a articulação do que poderíamos chamar de reformas, lutas transicionais ou táticas em um horizonte estratégico de maior alcance. Mesmo do ponto de vista estratégico, ele propõe a necessidade de a esquerda demandar mudanças de fundo estrutural, como, por exemplo, a desmercantilização de atividades e serviços públicos chave. Quanto aos embates táticos frente aos desafios imediatos, advoga o engajamento em um amplo leque de lutas: defesa da implementação de políticas drásticas contra a pandemia, independentemente dos seus custos econômicos; de que a classe dominante, e não a classe trabalhadora, arque com os custos da crise; do combate ao enfraquecimento das leis protetivas do trabalho, bem como de novas relações laborais agora experimentadas em massa (como o teletrabalho); da taxa progressiva robusta que deve estar no cerne do financiamento de sistemas de saúde públicos e, ainda, do rechaço a qualquer generalização permanente da restrição de direitos políticos e sociais.

II

Como visto, para Mavroudeas, no momento de erupção da crise há a *socialização do privado*, ou seja, o processo no qual, ao subsidiar³ os negócios privados (da classe capitalista, portanto) – com pacotes de resgate econômico, absorção de custos salariais e produtivos (luz, água), etc. – o Estado *socializa* o ônus (perdas, desvalorizações) da empresa capitalista entre o conjunto das classes, dado que, por meio da tributação, todas as classes contribuem para os fundos do Estado. É possível admitir, então, a socialização do privado como atuação típica daquilo que poderíamos chamar de *Estado de crise*.

Por outro lado, como desenvolvido por Ellen Wood (2003, p. 36-44), as relações de produção tipicamente capitalistas promovem a *privatização do político*, porque operam a partir do controle privado (e, por isso, difuso) da produção, de modo que cada unidade produtiva é uma espécie de feudo governado por um capitalista particular. Assim, a dimensão política que subsiste no Estado, embora possa modular, não adentra de forma decisiva o corpo privado da política capitalista. Isso porque o limite daquela é a própria propriedade privada dos meios de produção e subsistência ou, dito de modo mais preciso, dos meios de existência como capital (FONTES, 2018) e a consequente apropriação privada do excedente.

Se há, todavia, uma contradição entre a *socialização do privado* na crise e a *privatização do político*, ela é apenas *aparente*; em verdade, essa é reafirmada por aquela. Isso porque, tal socialização reitera a contradição fundante do capital, qual seja entre o caráter social da produção e o caráter privado da apropriação; contradição esta em que repousa a causa *essencial* das crises capitalistas (LENIN, 1972, p. 167; CARCANHOLO, 1996).

Assim, na crise, não só o exercício da produção, mas os seus custos (ou perdas) são, por assim dizer, socializados, como garantia da possibilidade da apropriação privada. Tem-se a validação do controle privado da produção, porque o Estado atua, desveladamente⁴, como garantidor de sua mediação social - a preservação da

³ No caso brasileiro, ver, por exemplo: “Governo financiará salário de funcionário de pequenas e médias empresas com R\$ 40 bi em crédito”. O Globo, Março de 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/governo-financiara-salario-de-funcionario-de-pequenas-medias-empresas-com-40-bi-em-credito-24333027>. Acesso em: 14 de abr. de 2020.

⁴ Se, conforme Pachukanis, no momento de agudização da luta de classes o Estado explicita-se como poder de classe, pode-se vislumbrar o *Estado de crise* enquanto explícito garantidor, mediado pelos interesses (e

propriedade privada -, na medida em que ao evitar, concretamente, por exemplo, a falência da empresa capitalista, restaura ou preserva a base social para o lucro, isto é, a perpetuação dos meios de existência como capital (ainda que, do ponto de vista da concorrência entre os capitais particulares, a crise importe, dado o processo de centralização do capital, em quebras, falências ou descapitalização de parte desses) (MARX, 2017, p. 292).

A socialização do privado guarda outra contradição aparente, entre “planificação” e mercado. De fato, o Estado de crise mobiliza elementos de intervenção econômica, mas com dois signos estruturalmente necessários, que poderíamos chamar de *precariedade e verticalidade*. A “planificação” do Estado de crise é precária, porque orientada a recompor, como se depreende do exposto acima, a estabilidade do mercado (e não o negar) e, portanto, de sua própria anarquia. É, ainda, vertical, pois não democrática, uma vez que não supera (nem caminha nessa direção) a dimensão privada do controle da produção. A planificação do Estado de crise, ao orientar-se às necessidades da acumulação do capital, preserva o domínio burguês da produção e, por isso, mantém tal espaço político bloqueado ao conjunto da sociedade.

Se a dupla crise em curso, ao explicitar a oposição entre o sentido mais profundo das relações de produção capitalistas – o lucro – e as necessidades essenciais da humanidade – especialmente a saúde –, põe a abstração e o fetiche do capital a nu, é preciso (e possível) confrontá-lo abertamente. Por isso, retomar o debate sobre a planificação econômica, em termos *democráticos e ecológicos* (LÖWY, 2009, p. 35-50), parece-nos o horizonte estratégico pelo qual a esquerda deva mobilizar-se diante da crise. Para tanto, é preciso questionar os pressupostos e o horizonte das medidas do Estado de crise, de modo a não sugerir qualquer associação entre a socialização do privado - e mesmo das políticas econômicas de tipo keynesianas – com um programa socialista⁵.

Ainda quanto à política da esquerda, lutar por “transformações estruturais” que não sejam apenas aumentar o aporte de recursos estatais parece ter especial lugar

conflitos daí decorrentes) da classe capitalista, das bases sociais das relações de produção capitalistas. Ver nesse sentido: PACHUKANIS, 2017, p. 210.

⁵ David Harvey parece sugerir tal associação quando afirma que “Se a China não pode repetir seu papel de 2007–8, então o ônus de sair da atual crise econômica agora muda para os EUA e aqui está a ironia final: as únicas políticas que funcionarão, tanto econômica quanto politicamente, são muito mais socialistas do que qualquer coisa que Bernie Sanders possa propor e esses programas de resgate terão que ser iniciados sob a égide de Donald Trump, presumivelmente sob a máscara do “make America Great again” (HARVEY, 2020).

junto a um aprofundamento da democracia, com distribuição real de poder aos trabalhadores, para que seus interesses sejam ouvidos e atendidos nesta crise, como também defendeu Costas Lapavitsas (2020). No entanto, esta já era uma grande questão para a esquerda antes mesmo da crise, junto ao enfraquecimento das normas de proteção ao trabalho e às formas de manipulação ideológica, como a reforma trabalhista e as *fake news* no caso brasileiro. Estas já representavam um enorme desafio à organização dos trabalhadores em tempos de “normalidade”, e ganha novos contornos em tempos de isolamento e restrição das reuniões presenciais.

Em pesquisa divulgada no final de março de 2020, o *whatsapp* aparece como a principal fonte de notícias para 79% dos brasileiros⁶. Nos sindicatos, por exemplo, a celebração de normas coletivas sem assembleia presencial é uma medida que se impõe para contenção da doença, mas sem dúvida traz dificuldades para o pleno exercício da democracia nestas instituições, especialmente diante da pressão por demissões em massa e cortes nos salários. Milhões de trabalhadores já perderam seus empregos, no Brasil e no mundo, e aqueles que trabalhavam na informalidade estão em altíssimo grau de vulnerabilidade – e sem previsibilidade alguma, diante de uma doença que não marca a data de seu pico ou seu declínio.

Mavroudeas coloca a importância de defender que o capital pague pela crise. Neste sentido, ganham relevo no Brasil algumas iniciativas de cobrança popular por taxação de grandes fortunas, heranças e imposto sobre lucros e dividendos que, no mínimo, jogam luz sobre as contradições presentes nas atuais estruturas. O caos, o inesperado e o imponderável, no entanto, se fazem presentes no cotidiano da crise e a classe trabalhadora, colocada literalmente entre a vida e a morte, tem cada vez menos a perder.

III

Mavroudeas, a partir de seu referencial teórico marxista, procura articular a historicidade do tempo presente à dinâmica da lógica própria das formas sociais capitalistas. Fornece, assim, um rigoroso argumento para a análise da relação entre a

⁶ Empresa brasileira de comunicação. Whatsapp é principal fonte de informação do brasileiro, diz pesquisa. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-12/whatsapp-e-principal-fonte-de-informacao-do-brasileiro-diz-pesquisa> . Acesso em: 13 de abr. de 2020.

pandemia e a crise econômica, capaz de indicar as raízes profundas da contradição entre lucro e saúde, que em tempo de pandemia assustadoramente nos salta aos olhos.

Por esta razão, o modo como o autor apresenta a crise econômica e da saúde é uma exitosa ilustração da *inumanidade* capital, contra a qual, como nos lembra Heather Brown (2020), devemos opor, mais do que nunca, uma “sociedade que valorize todos os seus membros como encarnações vivas de nossa espécie, independentemente da raça, classe, gênero, sexualidade, identidade de gênero ou habilidade”.

Referências bibliográficas

BROWN, Heather A. **Covid-19 Lays Bare Capitalism’s Deference to Profits over Lives**. International Marxist-Humanist Organization Journal, Março de 2020. Disponível em: <https://imhojournal.org/articles/covid-19-lays-bare-capitalisms-deference-to-profits-over-lives/> . Acesso em: 14 de abr. de 2020.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. **Causas e formas de manifestação da crise: uma interpretação do debate marxista**. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: Curso de mestrado em Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF), 1996.

FONTES, Virgínia. **A transformação dos meios de existência em capital - expropriações, mercado e propriedade**. In: Boschetti, Ivanete (Org). Expropriação e direitos no capitalismo. São Paulo: Cortez Editora, 2018.

HARVEY, David. **Política capitalista em tempos de coronavírus**. Jacobin Brasil, Março de 2020. Disponível em: <https://jacobin.com.br/2020/03/politica-anticapitalista-em-tempos-de-coronavirus/> Acesso em: 16 de abr. de 2020.

LAPAVITSAS, Costas. **Esta crise expôs os absurdos do neoliberalismo. Isso não significa que ela irá destruí-lo**. LEICC-UERJ, Abril de 2020. Disponível em: <https://leiccuerj.com/2020/04/07/esta-crise-expos-os-absurdos-do-neoliberalismo-isso-nao-significa-que-ela-ira-destrui-lo/>. Acesso em: 18 de abr. de 2020. Tradução: Amélia Coelho Rodrigues Maciel, Bruna da Penha de Mendonça Coelho, Maria Carolina Sanglard e Natália Sales de Oliveira. Texto original: This Crisis Has Exposed the Absurdities of Neoliberalism. That Doesn’t Mean It’ll Destroy It. **Jacobin Magazine**, Março de 2020. Disponível em: <https://www.jacobinmag.com/2020/03/coronavirus-pandemic-great-recession-neoliberalism> . Acesso em: 27 de mar. de 2020.

LENIN, V. I. **Collected Works**. 1.ed. V. 2. Moscow: Progress Publishers, 1972.

LÖWY, Michael. **Ecosocialismo e planejamento democrático**. Crítica Marxista, n.28, 2009.

MARX, Karl. **O capital**. Vol III. Editora Boitempo, 1ª ed, 2017, São Paulo.

PACHUKANIS, Evgeni B. **Teoria geral do direito e o marxismo**. Editora Sundermann: São Paulo, 2017.

VALENTE, Jonas. **Empresa brasileira de comunicação. Whatsapp é principal fonte de informação do brasileiro, diz pesquisa.** Agência Brasil, Dezembro de 2019. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-12/whatsapp-e-principal-fonte-de-informacao-do-brasileiro-diz-pesquisa>. Acesso em: 13 de abr. de 2020.

VENTURA, Manoel; MAIA, Gustavo. **Governo financiará salário de funcionário de pequenas e médias empresas com R\$ 40 bi em crédito.** Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/governo-financiara-salario-de-funcionario-de-pequenas-medias-empresas-com-40-bi-em-credito-24333027>. Acesso em: 14 de abr. de 2020.

WOOD, Ellen Meiksins. **Democracy against capitalism: Renewing historical materialism.** Cambridge University Press, 2003.